

Estado e construção do código disciplinar da Didática da História

Maria Auxiliadora Schmidt*

Resumo:

Estudos e investigações que tomam os manuais como objeto de análise vêm sendo realizados sob diferentes perspectivas. Este trabalho insere-se nessa tradição de pesquisa, mas também parte do pressuposto da existência da Didática da História como disciplina escolar produzida no interior dos cursos de formação de professores e, assim, buscou entender a construção do seu “código disciplinar” em determinado momento da sociedade brasileira. O conceito de “código disciplinar” (FERNÁNDEZ CUESTA, 1998) enfatiza a importância dos manuais como elementos fundamentais na construção das disciplinas escolares e permite apreendê-los em relação com os modos de educar da sociedade em que foram produzidos. O período analisado situa-se entre as décadas de 1940 e 1970 e mostrou o Estado ocupando um lugar de destaque na produção de manuais destinados à formação de professores de História, editados principalmente pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e Campanha de Desenvolvimento da Escola Secundária (CADES). Em sua maioria, esses manuais foram produzidos por docentes que ensinavam disciplinas relacionadas ao ensino de História em escolas de formação de professores (cursos de licenciatura e escola Normal), o que é um indício da existência da Didática da História como disciplina escolar e dos modos de educar historicamente no período analisado.

Palavras-chave: História-Estudo e ensino. Didática.

* Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Professora de Metodologia e Prática de Ensino de História da UFPR. Doutora em História Social das Idéias e Pós-Doutora em Didática da História pela Universidade Nova de Lisboa.

Na área do ensino de História, vários autores¹ vêm contestando posições que pensam a Didática da História apenas como um conjunto de conhecimentos que tentam transformar, na prática, historiadores profissionais em professores da escola fundamental e média. Com base em estudos contemporâneos, pode-se afirmar a existência de um domínio específico do conhecimento denominado Didática da História, o qual se inscreve nas interfaces da investigação entre a própria epistemologia da História, tomada como referência para a construção de categorias e metodologias de análise, e seu diálogo com outras ciências, situado “na encruzilhada de diversas ciências humanas entre as quais estão, por um lado, as que se ocupam tradicionalmente da aprendizagem e, por outro, as que constituem a base do conhecimento que se pretende ensinar.” (PRATS, 2002, p. 81). Este trabalho procura entender a construção da Didática da História como disciplina escolar, tendo como campo e objeto de investigação alguns manuais destinados à formação de professores, produzidos por iniciativa do Estado, durante o período de 1940 a 1970.

De um lado, este estudo insere-se no conjunto de reflexões sobre as didáticas das disciplinas, que vem atraindo a atenção de pesquisadores educacionais, como atestam os trabalhos de Terrise (2001), os quais apontam a constituição do campo das didáticas específicas com base no conceito de “referência”. Nesse sentido, Moniot (2001) assinala que a construção do campo específico da didática da História é um fazer-se, instituído a partir da referência à história dos historiadores, ao conceito de “transposição didática”, à própria constituição da história como disciplina escolar, bem como à idéia de prática social de referência, pressupondo, portanto, uma determinada cultura política e de filosofia social². Na esteira desses trabalhos, é consensual entre os pesquisadores a constatação da existência de uma história do ensino de História no Brasil. No entanto, indo além, constata-se a existência de uma disciplina específica, cuja constituição, funcionamento, objetos e objetivos têm como pressupostos as experiências, reflexões e investigações acerca do “como ensinar a História”.

De outro lado, há aqui uma opção pela análise de manuais, tendo como referência o pressuposto de que determinados objetos contribuem para materializar as disciplinas, entre eles o manual didático.

A disciplina Didática da História e os manuais destinados à formação de professores

No Brasil, essa disciplina tem aparecido, historicamente, com várias denominações, como Didática da História, Metodologia do Ensino de História e Prática de Ensino de História, nos cursos de licenciatura, destinados à formação do professor de História. Também recebe o nome de Didática dos Estudos Sociais (incluindo Geografia e História) quando se destina à formação de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série).

Nesse âmbito, os manuais constituem um tipo de objeto da cultura escolar, produzido fora da escola, mas destinado ao uso em sala de aula, caracterizando-se como um dos elementos do contrato didático porque “um protocolo preside o seu uso o qual é raramente ensinado, mas freqüentemente enunciado, o qual o aluno descobrirá progressivamente.” (DEVELAY, 1992, p. 33). Da mesma forma, os objetos utilizados no ensino de uma disciplina mudam, ao mesmo tempo em que muda a sua matriz disciplinar. É neste sentido que pode se falar da importância do manual didático na construção da história da Didática da História, uma disciplina que foi sendo instituída nas e a partir das experiências realizadas nos cursos de formação de professores, acompanhando o próprio processo de pedagogização da história no Brasil.

Uma primeira questão é a de elucidar as principais características deste tipo de publicação. De modo geral, os manuais destinados à formação de professores têm sido incluídos no conjunto de publicações que, conforme Batista (2000, p. 542), “são tanto produzidos quanto impressos tendo em vista o mercado escolar”, remetendo, portanto, à necessidade de identificá-los no movimento de construção do processo de escolarização.

Segundo Briand e Chapoulie (1993), este processo é um fenômeno relacionado à experiência própria da instituição escolar e com os sujeitos nela envolvidos, bem como inserido na dinâmica das articulações entre as instituições escolares e determinados projetos e propostas políticas. Ao mesmo tempo, esse movimento é um processo paulatino de produção de referências sociais, de uma cultura escolar, tendo a escola ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos como eixos articuladores de sentidos e significados, ao qual se dá o nome de escolarização do social. Nesta perspectiva, duas ordens de questões se apresentam. A primeira diz

respeito às relações entre escola, cultura e ensino, as quais requerem a superação de concepções reprodutivistas da escolarização; a segunda indica a particular importância da noção de cultura, pois ela permite articular, descrever e analisar os elementos-chave que compõem o fenômeno educativo, incluindo-se, entre eles, os manuais didáticos (FARIA FILHO, 1998).

Assim, os manuais destinados aos professores pertencem à cultura escolar, sendo produtos e produtores de conhecimentos escolares, instituidores de modos de fazer ou de construir a escolarização, bem como construtores de identidades pessoais e profissionais. Enquanto referenciadores e normatizadores de práticas pedagógicas escolares, eles contribuíram e contribuem para urdir e dinamizar a complexa trama do cotidiano escolar. Neste sentido, estão identificados com a construção da forma escolar, a qual permite recuperar a formação do professor destinado ao ensino de História no movimento do “pensar a mudança” no processo de escolarização brasileiro (VINCENT; THIN; LAHIRE, 2001, p. 10).

Eles também podem ser definidos com base em sua principal característica, isto é, pelo tipo de leitor a quem, prioritariamente, se destinam – os professores – na “forma de manuais de didática geral ou didática especial (que propunham métodos e atividades de ensino de alguma disciplina), os livros didáticos exclusiva ou prioritariamente para o professor [...]” (BATISTA, 2000, p. 551).

A opção pela pesquisa em manuais destinados à formação de professores de História significa tratar este objeto com base nos marcos definidores iniciais, isto é, como manuais didáticos relacionados ao processo de escolarização, constitutivos da cultura escolar e destinados à formação didático-pedagógica dos professores em determinado período e contexto da sociedade brasileira. O fato de proporem métodos e atividades de ensino da disciplina História indica a necessidade de explicar o que se entende pelo conjunto de conhecimentos veiculados por estes manuais ou o tipo de saberes constitutivos destas publicações.

Em primeiro lugar, é preciso distingui-los dos manuais cujo conteúdo principal é o conhecimento histórico propriamente dito: conteúdos de História Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea e História do Brasil, tratados didática e graficamente com a finalidade do ensino/aprendizagem da História pelos alunos. Os manuais de didática trazem uma gama de

conhecimentos que podem ser incluídos nos saberes e práticas próprios da prática de sala de aula de História, destinados a uma introdução formal para o ensino de História nas escolas, exercendo a função de mediação entre a História como disciplina acadêmica e os modos de ensinar o conhecimento histórico na sala de aula. Segundo Rüsen (1987), a natureza destes conteúdos é guiada pelas necessidades práticas da formação dos professores para o ensino de História, cujo processo pode ocorrer em dois níveis e constituem o substrato da disciplina Didática da História.

O primeiro nível é puramente prático e de acordo com os métodos de ensino de História na sala de aula. Trata-se de um relato influenciado pela pedagogia – é falar e ensinar como fazer. O autor chama este aspecto de Metodologia do ensino de História. O outro é teórico, pois focaliza as condições e necessidades básicas do ensino e aprendizagem da História. Trata-se da discussão da História em relação a outros conhecimentos com os quais está comprometido o fenômeno do ensino e aprendizagem. Por exemplo, as ciências sociais que investigam as condições sociais do ensino e da aprendizagem e, naturalmente, com os próprios historiadores os quais investigam a História como sujeito principal do discurso. Neste nível, diz o autor, se “estabelece os objetivos e formas da educação histórica, a partir de um determinado contexto político, social, cultural e institucional. A metodologia do ensino de História estabelece os significados práticos através dos quais estes objetivos podem ser alcançados.” (RÜSEN, 1987, p. 277).

Os trabalhos de Rüsen (1987) indicam que os manuais destinados aos professores referem-se a um determinado conhecimento escolar, um tipo especial de saber, ou seja, a História como matéria a ser ensinada, que pode ser explicada pela sua inserção numa larga tradição social inventada, não de uma só vez, e recriada no que Fernández Cuesta (1998) chama de “código disciplinar”, ou seja

una tradición social que se configura históricamente y que se compone de un conjunto de ideas, valores, suposiciones e rutinas, que legitiman la función educativa atribuida a la Historia y que regulan el orden de la práctica de su enseñanza [...] las especulaciones y retóricas discursivas sobre su valor educativo, los contenidos de su enseñanza y los arquetipos de práctica docente, que se suceden en el tiempo y que se consideran, dentro de la cultura dominante, valioso e

legítimo. [...] lo que se dice acerca del valor educativo de la Historia, lo que se regula expresamente como conocimiento histórico y lo que realmente se enseña en el marco escolar. Discursos, regulaciones, prácticas y contextos escolares impregnan la acción institucionalizada de los sujetos profesionales (los profesores) y de los destinatarios sociales (los alumnos) que viven y reviven, en su acción cotidiana, los usos de educación histórica de cada época. Usos que, naturalmente, no son ajenos, todo lo contrario, a la lógica de producción y distribución del conocimiento [...] (FERNÁNDEZ CUESTA, 1998, p. 8-9).

Nesta perspectiva, tais manuais podem ser vistos como constitutivos do “código disciplinar” da História e, assim, analisados em duas dimensões. A primeira diz respeito à ideia da construção do código disciplinar como uma tradição que se configura historicamente em uma larga duração, a partir da relação que se estabeleceu entre a edificação da história como disciplina escolar e a dinâmica da educação brasileira, como as reformas educacionais realizadas.

A segunda incita à análise dos manuais a partir da busca de características do “código disciplinar”, a qual coloca em relevo a complexa problemática das relações entre conhecimento científico e conhecimento escolar, pois os livros de texto são uma parte da “tradição seletiva” que, “en virtud de una acción recontextualizadora efectuada por vários agentes sociales, convierte el saber académico en conocimiento escolar legítimo, trasmuta la ciência que se hace en la ciência que se enseña.” (FERNÁNDEZ CUESTA, 1998, p. 102). Neste sentido a análise dos manuais pode elucidar aspectos da “transposição didática” (CHEVALLARD, 2000) relacionados à construção dos modos de ensinar a História enunciados pelos autores a partir da sua própria cultura experiencial. Alguns autores, como aqueles que produzem os manuais de Didática Especial, organizam esta transposição baseados em sua experiência como educador ou especialista em educação. Outros sistematizaram seus enunciados lastreados em sua experiência em sala de aula, como especialista em determinada disciplina.

Desde o momento de sua introdução como elemento constitutivo do código disciplinar da História, estes manuais já apresentam o que Fernández Cuesta (1998) chama de “história com pedagogia”, porque

ressaltam e valorizam aspectos pedagógicos como fundamentais para um ensino cujo objetivo era formar verdadeiros cidadãos. Neles, a interação com o conteúdo específico da História foi mediada por elementos pedagógicos e psicológicos e o conteúdo passou a ser visto muito mais em função do seu interesse e adequação aos alunos.

A construção do código disciplinar da História

O percurso instituído pela construção do código disciplinar da História no Brasil tem como marco institucional fundador o Regulamento de 1838 do Colégio D. Pedro II – o qual “determinou a inserção dos estudos históricos no currículo” (NADAI, 1993, p. 146) e permite concluir que houve e continua havendo um processo histórico de constituição do código disciplinar da História, no quadro de desenvolvimento dos próprios modos de educar da sociedade brasileira. Assim, o processo de construção da História como disciplina escolar inseriu-se, a partir da segunda metade do século XIX, no próprio movimento de construção e consolidação do Estado Nacional, no bojo dos embates entre monarquistas e republicanos e da necessidade de definição de uma identidade nacional. A proclamação da República, em 1889, explicitou a importância da História, principalmente a História do Brasil, para a formação de um determinado tipo de cidadão. Este processo consolidou-se com a Revolução de 1930, no movimento de defesa da importância da educação para a formação do cidadão e o desenvolvimento do país.

A partir de 1930 teve início um processo de consolidação do código disciplinar da História, no contexto da sociedade brasileira pós-Revolução de 1930, o qual concretiza a institucionalização de alguns projetos de reformas educacionais, como a Reforma Francisco Campos, de 1931. Neste contexto, o ensino de História pode ser visto como um “fator de coesão nacional” e “a História era tida como disciplina que, por excelência, formava os estudantes para o exercício da cidadania e seus programas incorporavam essa concepção.” (ABUD, 1993, p. 163). Entre as bandeiras de luta dos educadores brasileiros deste e dos períodos subsequentes estavam a necessidade da difusão da escola pública, a formação profissional dos novos mestres e a renovação pedagógica. Este tripé, determinado em função das demandas nacionais, embasou e estimulou a produção e difusão de uma literatura específica, destinada à formação renovada de professores.

Estas publicações consolidaram-se como documentos importantes para orientação das práticas pedagógicas escolares, de modo geral, e da História, em particular.

A grande novidade da Reforma Francisco Campos, de 1931, foi a introdução das Instruções Metodológicas. A presença dessas instruções é demonstrativa da consolidação da História como disciplina escolar obrigatória para todas as escolas. Elas enfatizam a renovação metodológica como o caminho para a construção de um ensino necessário à formação do cidadão mais crítico, uma expectativa da luta dos educadores neste período, bem como são indiciárias da presença das idéias da Escola Nova no Brasil. No ensino de História o pensamento de John Dewey foi um dos referenciais para estas inovações, sugeridas em manuais de Didática da História, destinado a professores, cujo exemplo mais conhecido é o manual *Como se ensina a História*, de Jonathas Serrano, publicado em 1935. Este manual faz parte do conjunto de publicações da Biblioteca da Educação, organizada por Lourenço Filho³, e essa Coleção “é contemporânea e caudatária de outros empreendimentos editoriais semelhantes, implementados tanto no Brasil como em outros países da América e Europa.” (MONARCHA,1997, p. 31).

Estas perspectivas também foram incorporadas pela Portaria 1.045, de 1951, da reforma da Escola Secundária (ginásio) brasileira, cujos princípios básicos para o ensino de História eram a valorização dos fatos do presente e deles partir para o passado; desenvolver um ensino intuitivo e crítico; focalizar os indivíduos como expressões do meio social e, principalmente, desenvolver “os processos de fixação, investigação, raciocinativos, ilustrativos e outros”, abrangendo esquemas, formas de representação, literatura, exame, discussão, e também onde os julgamentos de valores eram recomendados. Fazendo apelo à pedagogia da escola nova, a Portaria ressaltava e enfatizava a importância do estudo da história do passado para a compreensão do presente. A proposição desta Portaria pelo Ministério da Educação (MEC) fez parte um conjunto de medidas constitutivas do processo de redemocratização da sociedade brasileira após o período da ditadura Getulista, Estado Novo (1937-1945). No campo educacional, um dos principais investimentos do governo brasileiro no período (1945-1961) foi a valorização e expansão da escola secundária, ocorrendo o que Nunes (1980) chamou de “modernização da escola secundária”.

Para Nunes (1980), as funções da escola secundária brasileira passaram a ser questionadas no contexto das rearticulações do modo de produção capitalista, a partir da década de 1950, com a internacionalização da economia brasileira coordenada pelos Estados Unidos e a consolidação da industrialização brasileira, numa situação de dependência. Neste momento, meados dos anos 50 do século XX, o controle do ensino secundário era disputado pelos setores progressistas e conservadores. Representantes de correntes educacionais mais progressistas ocuparam cargos em postos administrativos na área educacional, mas os conservadores obtiveram vitória com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (Lei 4.024/61). No entanto, a renovação da escola secundária era urgente e necessária, pois, segundo Nunes (1980), ela seria responsável pela formação na juventude de uma consciência internacional, “incentivando a solidariedade, contribuindo para suprimir o flagelo da guerra, consolidar a fé nos direitos fundamentais do homem, fazer reinar a justiça, favorecer o progresso social e assegurar a todos uma vida livre e melhor.”(NUNES, 1980, p. 36).

A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) e a publicação de manuais

Em 1946 o MEC criou a Diretoria do Ensino Secundário cujos objetivos eram orientar e fiscalizar a aplicação das leis, a melhoria das condições materiais e do ensino, a inspeção das escolas, a melhoria do ensino secundário e a sua adequação prática aos interesses e necessidades da crescente clientela urbana. Devido ao grande volume de trabalho, as atividades foram descentralizadas e criados diferentes órgãos da administração pública para executá-las. Entre eles, merecem destaques o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (criado em 1944) e a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (criada também em 1953). Entre as ações principais desses órgãos estava a publicação de periódicos e manuais destinados à formação complementar dos professores brasileiros. Vale lembrar que, entre 1941 e 1970, o Estado terá supremacia nesse campo editorial, considerando que, ao contrário dos períodos anteriores e posteriores, não há destaque por parte das editoras privadas na publicação de coleções com manuais destinados aos educadores.

Segundo Nunes (1980), o Decreto n. 34.638, da Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação, de 17 de novembro de 1953, ainda no período do segundo governo de Getúlio Vargas, criou a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão da Escola Secundária, com o objetivo precípuo de elevar o nível do ensino secundário no Brasil. A autora destaca alguns objetivos da CADES:

- tornar a educação secundária mais ajustada aos interesses e possibilidades dos estudantes, bem como às reais condições e necessidades do meio a que a escola serve, conferindo ao ensino secundário maior eficácia e sentido social e
- possibilitar a maior número de jovens brasileiros acesso à escola secundária.

Para atingir estas finalidades a CADES desenvolveria algumas ações, como: realização de cursos e estágios para aperfeiçoamento de professores e outros trabalhadores escolares; distribuição de bolsas de estudos a professores secundários para desenvolvimento profissional em cursos e estágios promovidos por entidades nacionais e estrangeiras; assistência técnica a estabelecimentos de ensino secundário; realização de estudos dos programas do curso secundário e dos métodos de ensino, a fim de melhor ajustar o ensino aos interesses dos alunos e às condições e exigências do meio; elaboração de material didático; providências para melhoria e barateamento do livro didático; elaboração e aplicação de avaliações do rendimento escolar; organização do serviço de orientação educacional nas escolas de ensino secundário; plano de concessão de bolsas de estudos a alunos intelectualmente bem dotados e carentes; renovação do mobiliário, oficinas e laboratórios escolares; estudos sobre as necessidades e possibilidades do ensino secundário no país; divulgação e publicização de experiências de interesse do ensino secundário; promoção de intercâmbios nacionais e internacionais e esclarecimento da opinião pública sobre a importância de uma boa escola secundária.

Durante as décadas de 1950 e 1960 merecem destaques as ações da CADES no que se refere aos cursos de treinamento de professores para a escola secundária, a organização de simpósios e jornadas para capacitação do pessoal técnico das escolas e a produção de publicações destinadas à formação de professores, nomeadamente a Revista Escola Secundária, que circulou entre 1957 e 1963 com 19 números.

Na Apresentação feita ao número um da Revista Escola Secundária, o Diretor do Ensino Secundário, Amado (1957, p. 5), afirmava que

Esta Revista, divulgando as mais importantes realizações e experiências de educadores nacionais e estrangeiros, terá cumprido seu maior objetivo se estimular e facilitar o aperfeiçoamento técnico do trabalho docente e se puder contribuir para reforçar a compreensão do papel que cabe à escola secundária brasileira na formação da sociedade e no desenvolvimento do país.

Como se pode observar, havia uma relação orgânica entre os objetivos da Revista e as demandas do contexto sócio-econômico brasileiro.

No que se refere ao ensino de História, a Revista incluiu, em todos os seus números, um artigo produzido por professores de História e destinado a professores de História, num total de 13 autores e 21 artigos. O número 14, de setembro de 1960, na seção Noticiário, publicou a informação sobre a realização de seminários, entre eles um de História.

A Diretoria do Ensino Secundário, através da CADES, organizou para os meses de setembro e outubro, no auditório da CADES, Av. Rio Branco, 115, 9ª andar, seminários de Matemática, Inglês, História e Desenho, destinados especialmente aos professores que têm lecionado nos cursos de Orientação promovidos pela CADES, podendo ser freqüentado por quaisquer outros professores do ensino secundário e por alunos dos cursos de Didática das faculdades de Filosofia. (SEMINÁRIOS, 1960, p. 39).

A programação para o Seminário de História era a seguinte:

- Objetivos do Ensino da História na Escola Secundária: Prof. Guy de Hollanda (6 de setembro);
- Métodos e processos do ensino da História na escola secundária: Prof. Hugo Weiss (13 de setembro); 3.
- A formação do professor de História: Prof. Eremildo Luiz Vianna (s/d);
- A motivação no Ensino da História: Prof. Arthur Bernardes Weiss (s/d);

- A verificação da Aprendizagem em História: Prof. James Braga Vieira da Fonseca (4 de outubro);
- O estudo dirigido na aprendizagem da História: Prof. Vicente Tapajós (11 de outubro);
- O material didático e sua utilização no ensino da História: Prof. Cláudio José de Figueiredo (18 de outubro);
- A História no currículo secundário brasileiro: programas oficiais, sua interpretação: Prof. Roberto Accioli (25 de outubro).

Os coordenadores do Seminário de História foram os professores Vicente Tapajós e Hugo Weiss. Estes dois professores tiveram vários artigos publicados na Revista Escola Secundária e já faziam parte de uma comissão organizada pela CADES para elaboração de materiais e publicações didáticas. O professor Vicente Tapajós lecionava no Colégio Pedro II, na Faculdade de Filosofia Santa Úrsula da PUC e era coordenador Geral do Ensino de História do Instituto de Educação do Distrito Federal (Rio de Janeiro). O professor Hugo Weiss lecionava História Moderna e Contemporânea na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil e na Faculdade Fluminense de Filosofia, no Colégio Bennett e era coordenador das classes experimentais no Colégio Andrews.

O manual *A História na Escola Secundária*

Intrinsicamente ligados aos compromissos assumidos com a CADES, estes dois professores organizaram e publicaram sob o patrocínio da CADES, em 1963, o manual *A História na Escola Secundária*. Esse livro reúne artigos produzidos por docentes do Seminário realizado em 1960, a saber: Hugo Weiss, Arthur Bernardes Weiss, Vicente Tapajós, Cláudio José Figueiredo, os quais já haviam publicado vários artigos na Revista.

Já em sua capa, a obra *A História na Escola Secundária* explicitava o compromisso com a proposta curricular em vigor, quando registrou, entre parênteses, “De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 20 de dezembro de 1961 e com as Resoluções do Conselho Federal de Educação”. Esta preocupação estava presente também em alguns capítulos do livro, como “Objetivos do ensino da História na Escola Secundária”, de H. Weiss, no qual o autor destacava a importância do professor conhecer as finalidades deste ensino propostas pela Lei e as diferenças entre o trabalho

que ele executava e “aquele que [cabia] ao historiador” e “Amplitude e desenvolvimento dos programas de História”, de A. B. Weiss, em que sugeria formas de organizar um programa de História baseado nas propostas da Lei.

Observa-se nos artigos em questão a idéia da “transposição didática”(CHEVALLARD, 2000) na preocupação dos professores-autores em apontar as diferenças entre o trabalho do historiador e do professor da escola secundária, sem que se desqualifique qualquer um deles. Afirma Weiss (1963, p. 9) que

Deve o professor de História conhecer as diferenças entre o trabalho que executa e aquele que cabe ao historiador. Mesmo que o indivíduo ocupe as duas situações, isto é, a pesquisa e o magistério, no exercício desta última devem primar os fins educativos, sem que se abandone a correção e a clareza do conteúdo propriamente dito da disciplina. Torna-se imprescindível que o mestre se esmere cada vez mais no conhecimento da matéria que leciona, como também, possua noções seguras do que vem a ser História e daquilo a que já se acostumou chamar “Filosofia” da História.

A especificidade da finalidade educativa da História e do trabalho do professor foi bastante valorizada no manual *A História na Escola Secundária*, em que vários capítulos versavam sobre questões do método e de atividades de ensino, entre eles, “Métodos e processos no ensino de História”, de H. Weiss, “O estudo-dirigido, o planejamento do ensino, a fixação e a verificação da aprendizagem em História”, de V. Tapajós, “A motivação no ensino de História”, de A. B. Weiss, e “O material didático e seu emprego nas aulas de História, Atividades Extraclasse em História” de C. J. Figueiredo.

Em seus textos, os autores estabeleciam uma relação dialógica com a chamada primeira geração da Escola dos Annales, particularmente a obra de Fébvre (1955), pela qual realizavam a crítica à História factual e dos grandes personagens. Por outro lado, a perspectiva do ensino da História teve como referência dois autores de nítida influencia escolanovista: Verniers (1933) e Cousinet (1950).

O INEP e a publicação de manuais de Estudos Sociais

Simultaneamente à difusão pela CADES de idéias e propostas relacionadas a uma Didática da História, o outro órgão de divulgação do Ministério da Educação e Cultura, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, veiculava e defendia determinados princípios para o ensino da História mais ligados aos Estudos Sociais, destinados à formação do professor do Ensino Primário, na perspectiva da educação complementar. Com esta perspectiva, o INEP publicou, em 1964, a obra de Castro e Gaudenzi (1964), *Estudos Sociais na Escola Primária*, destinada a professores da Escola Normal e outros que já atuavam de 1ª a 4ª série (antigo curso primário). Ao contrário do manual destinado a professores da escola secundária, este não revelava nenhuma preocupação em relacionar o trabalho do historiador com o do professor e nem apresentava sinais ou referências à renovação historiográfica dos Annales.

A perspectiva central desta obra era o Social Studies de influência norte-americana a qual tomava como idéia central para o ensino de História a interdisciplinaridade e a concepção de currículo por círculos concêntricos: família, escola, bairro, cidade e país. O princípio da criança como centro do ensino era nitidamente expresso nesta proposta, mas os conteúdos da História eram diluídos em relação a outros conteúdos disciplinares. Ademais, a finalidade da aprendizagem era inserir o educando em um meio cada vez mais amplo, tendo como norte a questão da nacionalidade construída a partir do conhecimento do legado das gerações do passado.

Cabe ressaltar, ainda, que a preocupação em formar professores para a sociedade brasileira em desenvolvimento e democrática estava explícita na proposta dessa obra, o que revelava uma identificação com os propósitos do próprio INEP que publicou, em 1965, uma coletânea das Conferências Interamericanas de Educação, com as principais recomendações, inclusive para o ensino da História, de 1943 a 1963, onde estas idéias estão fortemente demarcadas, conjuntamente com as proposições de um ensino de História e da formação do professor voltadas para os ideais pan-americanos.

Como afirma Fernández-Cuesta (1998), o “código disciplinar” da História é construído com base em relações que se estabelecem entre marcos contextuais, perspectivas das ciências e a prática escolar. Os manuais analisados evidenciam alguns elementos originais para a análise do “código disciplinar” da História no Brasil, entre os quais a demarcação de fortes

relações de poder do Estado na configuração da História como disciplina escolar. Estas relações puderam ser detectadas, principalmente, na articulação orgânica entre intelectuais cuja experiência se pautava na prática do magistério e na produção e divulgação de determinadas políticas educacionais governamentais das décadas de 1950 e 1960.

Vale destacar que é justamente neste período que se observa uma crise no “código disciplinar da História”, explicitada pelo embate entre proposições relacionadas com o Social Studies e com a manutenção da História como disciplina autônoma.

Um exemplo deste embate pode ser observado na relação de obras de Estudos Sociais publicadas para professores.

Obras de estudos sociais traduzidas

MICHAELIS, John U. *Estudos Sociais para crianças numa democracia*. Rio de Janeiro: Globo, 1963. (O autor era professor da Escola de Educação da Univ. da Califórnia, Berkeley).

PRESTON, Ralph C. *Ensinando Estudos Sociais na escola primária*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1962. (O autor era professor de Educação na Univ. da Pensilvânia).

Obras de estudos sociais de autores brasileiros

BETHLEM, Nilda. *O ensino da Geografia e da História na escola primária: Estudos Sociais*. Niterói: J. Ozon Editor, 1962⁴.

GAUDENZI, Josephina de Castro e Silva. *Estudos Sociais na escola primária*. Rio de Janeiro: MEC-Programa de Emergência/Biblioteca do Professor Brasileiro, 1962.

_____. *Estudos Sociais na escola primária*. Rio de Janeiro: INEP/Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

PEIXOTO, Maria Onolita. *Habilidades de Estudos Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Nacional de Direito, 1965. Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar/INEP.

FONSECA, James Braga Vieira da; GASMAN, Lydinéia. *Estudos Sociais: guia metodológico*. Rio de Janeiro: FENAME/MEC/Cadernos MEC, 1967.

Faz-se necessário observar que, das obras brasileiras, três delas foram publicadas no período do governo democrático do presidente João Goulart (1961-64), apenas duas, das obras identificadas, pertencem ao período da Ditadura Militar (1964-84). Foi o regime militar, no governo do general Emilio Garrastazu Médici (1969-1974), que impôs uma reforma de ensino, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 5.692, de 1971, pela qual o ensino de Estudos Sociais foi compulsoriamente tornado obrigatório e estendido para as oito séries do então Primeiro Grau.

Considerações finais

O Parecer 853/71 (BRASIL, 1972), imposto pelo Conselho Federal de Educação, fixou o núcleo comum obrigatório para os currículos do 1º e 2º graus. A doutrina do Currículo da Lei n. 5692/71 (BRASIL, 1972) impõe os Estudos Sociais como matéria. Desta forma, os conteúdos poderiam ser tratados como Atividades (1ª a 4ª série do Primeiro Grau sob o nome de Integração Social); Áreas de Estudo (5ª a 8ª série Primeiro Grau sob o nome de Estudos Sociais) e Disciplina – História (somente no 2º Grau). Como se pode observar, o ensino de História ficou restrito ao Segundo Grau, inserido na grade curricular com carga horária máxima de duas horas semanais, durante um ano deste curso.

A obrigatoriedade do ensino de Estudos Sociais percorreu todo o período da Ditadura Militar Brasileira (1964-1984), período em que, principalmente os professores e profissionais da História, foram objeto de perseguições e censuras. A imposição dos Estudos Sociais foi acompanhada de um grande movimento de resistência e luta pela volta do ensino de História nas escolas brasileiras, configurando um novo momento na construção do código disciplinar da Didática da História.

Notas

- 1 Os trabalhos de Jorn Rüsen (1987) e Henri Moniot (2001) têm sido referência nessa área.
- 2 Para os conceitos indicados cf. Chevallard (2000) e Chervel (1990).
- 3 Sobre a Biblioteca de Educação e o trabalho de Lourenço Filho cf. Monarcha (1997).

- 4 Das obras sobre Estudos Sociais que foram identificadas para o período, apenas esta foi publicada por editoras privadas, as outras são publicações de órgãos do próprio Ministério da Educação.

Referências

- ABUD, Kátia. O ensino de História como fator de coesão nacional: os programas de 1931. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 25/26, p. 163-174, 1993. Dossiê: Memória, História, Historiografia.
- AMADO, Gildásio. [Apresentação]. *Revista Escola Secundária*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5, jun. 1957.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: texto, impressos e livros didáticos. In. ABREU, Márcia (Org.). *Leituras, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000. p. 529-575
- BRASIL. Ministério da Educação. Habilitações profissionais no ensino de 2º Grau: diretrizes, normas, legislação. Brasília: Editora Expressão e Cultura, 1972.
- BRIAND, J. P.; CHAPOULIE, J. M. L'institution scolaire et la scolarization: une perspective d'ensemble. *Revue Française du Sociologie*, Paris, n. XXXIV, p. 3-42, 1993.
- CAMPANHA de Desenvolvimento da Escola Secundária – CADES. *Revista Escola Secundária*, Rio de Janeiro, v.1/19; jun.1957/dez.1963.
- CASTRO, Josephina; GAUDENZI, Silva. *Estudos sociais na escola primária*. Rio de Janeiro: MEC/INEP, 1964.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Revista Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p.17-227, 1990.
- CHEVALLARD, Yves. *La transposición didáctica: del saber sabio al saber enseñado*. Buenos Aires: Aique, 2000.
- COUSINET, Roger. *L'enseignement de l'Histoire et l'education nouvelle*. Paris: Les presses d'île de France, 1950.

DEVELAY, Michel. *De l'apprentissage à l'enseignement pour une épistémologie scolaire*. Paris: E S F Editeur, 1992.

FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). *Modos de ver. Formas de escrever*. estudos de história da leitura e da escrita no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FÉBVRE, Lucien et al. *La enseñanza de la Historia y de la Geografía*. Buenos Aires: Nova, 1955.

FERNÁNDEZ CUESTA, Raimundo. *Clio en las aulas: la enseñanza de la Historia en España entre reformas, ilusiones y ruinas*. Madrid: Akal, 1998.

_____. *Sociogénesis de una disciplina escolar: la Historia*. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1997.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. *Conferencias interamericanas de educação: recomendações 1943-1963*. Rio de Janeiro: MEC, 1965.

MONARCHA, Carlos. *Lourenço Filho: outros aspectos*, mesma obra. Campinas: Mercado de Letras; Marília: UNESP, 1997.

MONIOT, Henri. La question de la référence en didactique de l'histoire. In: TERRISE, André (Org.). *Didactique des disciplines: les références au savoir*. Bruxelles: De Boeck Universitaire, 2001. p. 65-77.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectivas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.25/26, p.143-162, set./ago. 1992/1993. Dossiê ensino de História.

NUNES, Clarice. *Escola & dependência: o ensino secundário e a manutenção da ordem*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

PRATS, Joaquin. Hacia una definición de la investigación en didáctica de las ciencias sociales. *Revista Enseñanza de las ciencias sociales: Revista de investigación*, Barcelona, n. 1, p. 81-89, mar. 2002.

RÜSEN, Jorn. The didactics of history in west Germany: towards a new self-awareness of historical studies. *History and theory*, Middletown, Wesleyan University Press, v. xxvi, n.3, p. 275-286, 1987.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora M. Santos. História com pedagogia: a contribuição de Jonathas Serrano na construção do código disciplinar da História no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.48, p. 189-212, ago./jul. 2004/2005.

SEMINÁRIOS. *Revista Escola Secundária*, Rio de Janeiro, n. 14, set.1960. Noticiário.

TERRISE, André. La referente en question. In: TERRISE, A. (Éd.). *Didactique des disciplines: les references au savoir*. Bruxelles: De Boeck Université, 2001. p. 7-19.

VERNIERS, L. *L'Enseignement de L'Histoire*. Bruxelles: Maurice Lamertin Editeur, 1933.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-47, jun. 2001.

WEISS, Hugo (Org.). *A História na escola secundária*. Rio de Janeiro: MEC, 1963.

Status and the construction of the regulation code of the Didactic of History

Abstract:

Studies and research that analyze manuals have been conducted from a variety of perspectives. This project falls into this research tradition and is based on the presupposition of the existence of a Didactic of History as a school subject produced within teacher training courses. The paper thus seeks to understand the construction of their “subject code” at a given moment of Brazilian society. The concept of a “subject code” (FERNANDEZ CUESTA, 1998) emphasizes the importance of manuals as basic elements in the construction of school subjects, and allows understanding them in relation to the modes of educating in the society in which they were produced. The period analyzed extends from the 1940’s – 1970’s and shows the State occupying a prominent place in the production of manuals aimed at the training of History teachers. They were published principally by INEP and CADES. Most of these manuals were produced by teachers who taught courses related to teaching History in teacher training schools (teaching colleges and Normal schools), which is an indication of the existence of the teaching of History as a school subject and of the historic

Estado y construcción del código disciplinar de la Didáctica de la Historia

Resumen:

Estudios e investigaciones que utilizan los manuales como objeto de análisis vienen siendo realizados sobre diferentes perspectivas. El presente trabajo se encuentra en esa tradición de investigación, partiendo del supuesto de la existencia de la Didáctica de la Historia como una disciplina escolar producida en el interior de los cursos de formación de profesores, buscando entender la construcción de su “código disciplinar” en un momento determinado de la sociedad brasilera. El concepto “código disciplinar” (FERNANDEZ CUESTA, 1998) enfatiza la importancia de los manuales como elementos fundamentales en la construcción de las disciplinas escolares y permite comprenderlas en relación a los modos de educar la sociedad en que fueron producidos. El período analizado se sitúa entre las décadas de 1941 y 1970, mostrando un lugar de destaque por parte del Estado en la producción de manuales destinados a la formación de profesores en historia, editados principalmente por el INEP y CADES. Esos manuales, en su mayoría, eran producidos por docentes que enseñaban disciplinas relacionadas a la enseñanza de la historia en las escuelas de formación de profesores (Profesorados y Escuela Normal), indicando en el período

modes of education in the period analyzed.

Key words: History – Study and teaching. Didactic.

analizado la existencia de la Didáctica de la Historia como disciplina escolar y de los modos de educar históricamente.

Palabras-clave: Historia – Estudio y Enseñanza. Didáctica.

Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt

E-mail: schmidt@qualityware.com.br

Recebido em: 19/12/2005

Aprovado em: 14/02/2006